



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

**PLANO DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE
SAÚDE**

Montes Claros - MG
2014

Presidenta da República

DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Educação

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS

Reitor

Prof. JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. EDMILSON TADEU CASSANI

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Prof. ALISSON MAGALHÃES CASTRO

Pró-Reitora de Ensino

Prof.^a ANA ALVES NETA

Pró-Reitor de Extensão

Prof. PAULO CÉSAR PINHEIRO DE AZEVEDO

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação

Prof. ROGÉRIO MENDES MURTA

Diretores Gerais de Câmpus

Câmpus Almenara – *Prof. JOAN BRÁLIO MENDES PEREIRA LIMA*

Câmpus Araçuaí – *Prof. JOÃO ANTÔNIO MOTTA NETO*

Câmpus Arinos – *Prof. ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO*

Câmpus Avançado Janaúba - *Prof. FERNANDO BARRETO*

Câmpus Januária – *Prof. CLÁUDIO ROBERTO FERREIRA MONT'ALVÃO*

Câmpus Montes Claros – *Prof. NELSON LICÍNIO CAMPOS DE OLIVEIRA*

Câmpus Pirapora – *Prof. JÚLIO CÉSAR PEREIRA BRAGA*

Câmpus Salinas – *Prof.^a MARIA ARACI MAGALHÃES*

Câmpus Teófilo Otoni - *Prof. RENILDO ISMAEL FÉLIX DA COSTA*

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diretor

Prof. ANTÔNIO CARLOS SOARES MARTINS

Coordenação de Ensino

Prof.^a RAMONY MARIA DA SILVA REIS OLIVEIRA

Coordenação de Administração

ALESSANDRO FONSECA CÂMARA

EQUIPE ORGANIZADORA

Antônio Carlos Soares Martins

Cláudia Danyella Alves Leão Ribeiro

Emerson Delano Lopes

Luciana Cardoso de Araújo

Maria Ormindá Santos Oliveira

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Apresentação geral
- 1.2 Apresentação da EAD

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 2.1 Denominação do curso
- 2.2 Eixo tecnológico
- 2.3 Carga horária total
- 2.4 Modalidade
- 2.5 Forma
- 2.6 Ano de implantação
- 2.7 Regime escolar
- 2.8 Número de vagas oferecidas
- 2.9 Periodicidade da oferta de vagas
- 2.10 Requisitos e forma de acesso
- 2.11 Duração do curso
- 2.12 Prazo para integralização (tempo mínimo e máximo de integralização curricular)
- 2.13 Polos de oferta

3 JUSTIFICATIVA

4 OBJETIVOS

- 4.1 Objetivo geral
- 4.2 Objetivos específicos

5 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 6.1 Orientações metodológicas
- 6.2 Estrutura curricular do curso
 - 6.2.1 Matriz curricular
 - 6.2.2 Representação gráfica da formação (fluxograma)

6.2.3 Ementário por disciplina

6.2.4 Prática profissional

6.2.5 Estágio curricular

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

8.1 Avaliação da aprendizagem

8.2 Promoção e reprovação

8.3 Frequência

9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS

11 REFERÊNCIAS

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação geral¹

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica e receberam a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos, procurando adequar o ensino profissional às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho. Tal diretriz da educação técnica e tecnológica foi acentuada, em 1997, com o Decreto nº 2208, que desvinculou a educação técnica do ensino médio, com a extinção dos cursos técnicos integrados e priorizou a instituição de cursos superiores de tecnologia. Com o Decreto nº 5.154, de 2004, ainda que se tenha pretendido a reintegração, muito tímida, dos ensinos médio e técnico, sob as formas concomitante e continuada, a orientação para o mercado do trabalho permaneceu.

Porém, já eram perceptíveis alguns sinais de novas tendências. A partir de 2003, a política do governo federal passou a ter sua essência na superação da pobreza e da desigualdade social. Com essa nova concepção, o governo decidiu expandir a rede de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase, iniciada em 2006, foi mais quantitativa e procurou implantar escolas desse tipo nos estados onde elas não existiam, “preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.” (PPP, p. 17).

Na segunda fase, a partir de 2007, manteve-se o perfil quantitativo a partir da proposta de implantação de uma “escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nessa vertente, 150 unidades foram implantadas, abrindo 180 mil vagas na educação profissional e tecnológica. Projetaram-se cerca de 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão deveria estar concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Certamente, cumprindo sua missão, os institutos agenciarão o desenvolvimento

¹ Texto adaptado do projeto político-pedagógico (PPP) do IFNMG – Câmpus Montes Claros.

técnico-tecnológico nos níveis nacional, regional e local, na mesma proporção do crescimento quantitativo e qualitativo, do seu capital humano, dos grupos de pesquisa e da inovação científica e tecnológica e, é claro, do ensino técnico, científico e tecnológico articulados ao mundo real, socialmente construído e vivido.

Os Institutos Federais de Educação Tecnológica foram instituídos a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Além da criação de novas unidades, houve a integração de outras instituições que ofertavam educação profissional de nível médio como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, entre outros. Sua atribuição legal baseia-se em ofertar educação profissional em suas mais variadas modalidades, abrangendo licenciaturas, bacharelados, educação profissional de nível básico e médio, cursos de formação inicial e continuada, além de programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

Nos seus documentos oficiais, o governo caracteriza os Institutos Federais como um grande empreendimento que enfoca as classes desprovidas e as regiões esquecidas pelo desenvolvimento, de forma que essas pessoas possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Ao ser analisado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, ano anterior à primeira fase da expansão dos Institutos Federais, percebe-se a grande importância dada a eles. Os Institutos Federais tornam-se sinônimo de educação de qualidade. O documento ainda acrescenta a missão institucional e os objetivos dessas novas escolas federais:

Diante dessa expansão sem precedentes [...] A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio;
- Orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é consequência desse Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino, cujo objetivo geral consiste na ampliação e interiorização da rede federal, englobando institutos e universidades, a fim de democratizar e ampliar o acesso da população ao ensino técnico e superior. Especificamente, o Plano visa a possibilitar a formação de mão de obra especializada e qualificada para promover o desenvolvimento regional, servindo como instrumento de

políticas sociais do governo no combate às desigualdades sociais e territoriais.

O IFNMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Surge com a relevante missão de promover uma educação pública de excelência por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando a proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico da região norte-mineira.

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 126 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Norte, parte do Noroeste e parte do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais), ocupando uma área total de 184.557,80 Km². A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, IBGE, 2000). Está presente nas cidades de Januária, Arinos, Almenara, Araçuaí, Pirapora, Montes Claros e Salinas, além daquelas cidades onde os câmpus se encontram em implantação: Diamantina, Teófilo Otoni e Janaúba. A maioria dos seus câmpus é recente, com exceção do câmpus Salinas que se originou da Escola Agrotécnica de Salinas e do câmpus Januária, antes CEFET de Januária.

O desafio do IFNMG é estar permanentemente conectado com as necessidades sociais e econômicas das regiões em que está presente. Na promoção do desenvolvimento, a instituição deve contribuir para atender às demandas já existentes, assim como fomentar as potencialidades que determinada região apresenta, a fim de atender às demandas futuras.

Quando se procura compreender os desafios do IFNMG, percebe-se que os institutos são instrumentos de intervenções diretas do governo com relação à educação profissional e ao desenvolvimento regional, uma vez que as estatísticas sinalizam carência de mão de obra especializada e apta a atender aos arranjos produtivos que a nova demanda apresenta. Como assinala Otranto (2010), “O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira”.

1.2 Apresentação da EAD²

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passa, atualmente, por grandes reestruturações que vêm sendo introduzidas no IFNMG, paulatinamente, sob o crivo da coletividade.

Nesse cenário de mudanças, considerando o contexto de globalização que envolve todos os setores da sociedade atual, principalmente, aqueles que envolvem ciência e tecnologia, e, mais especificamente, observando as necessidades do contexto local, pretende-se iniciar no IFNMG experiências inovadoras na construção do conhecimento, como a Educação a Distância (EAD).

No entanto, a educação, em uma sociedade que se destaca pela disseminação da informação em larga escala de forma veloz, é mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC); mas, sim, reconhecer as necessidades dos sujeitos que compõem essa sociedade e investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva nessa sociedade, operacionalizando com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, sendo capazes de tomar decisões fundamentadas no conhecimento, bem como aplicar criatividade às novas mídias.

A EAD, quando compreendida em sua complexidade – com características que requerem disciplina e autonomia do aluno e preparação e zelo por parte de quem oferta – tem sido considerada uma das mais importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização do saber.

Atualmente, o IFNMG oferece 2 (duas) modalidades de cursos a distância: Cursos Técnicos via videoaula e Profucionários. Os cursos técnicos são cursos com encontros presenciais semanais programados nos polos de apoio presencial para realização de aulas práticas, apresentação de seminários e outras atividades afins. Nos cursos do Profucionários, oferecidos prioritariamente para funcionários de escola, os encontros presenciais são promovidos semanalmente para realização das atividades propostas pelos professores, de acordo com o projeto de cada curso.

² Texto adaptado do projeto político-pedagógico (PPP) do IFNMG – Câmpus Montes Claros.

1.2.1 Finalidades, objetivos e princípios da EAD

O trabalho educacional em EAD desenvolvido no IFNMG norteia-se pelos fins e objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008, no seu PDI e em legislações pertinentes à educação a distância. A partir do Decreto nº 5.800/06, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dispõe sobre cursos, autorização, questões orçamentárias e prioridades de oferecimento; e do Decreto nº 6.303/07 nas disposições acerca do credenciamento das instituições, pedidos de autorização e das atividades presenciais obrigatórias dos cursos na modalidade EAD; bem como das demais legislações pertinentes, foram estruturadas as metas no conjunto da realidade institucional.

No alcance dessas metas, busca-se a realização de várias ações, tais como:

- ampliação da equipe multidisciplinar e da equipe de material didático na proporção da abertura de novos cursos, turmas ou áreas de atuação;
- manutenção de constante capacitação de toda a equipe envolvida nas ações da EAD (professores, tutores, técnicos administrativos e equipe de material didático) nas diversas demandas identificadas, tais como: planejamento, metodologia de EAD, mídias e material didático;
- avaliação, revisão e manutenção da capacitação de tutores presenciais, tutores a distância e tutores de laboratórios a cada novo curso a ser lançado ou a cada nova seleção de tutores para atender às disciplinas que serão desenvolvidas;
- incentivo à comunidade escolar para o desenvolvimento de metodologias de EAD;
- avaliação constante da metodologia empregada nos cursos que utilizam essa modalidade, a fim de buscar uma identidade educativa em EAD;
- revisão contínua da oferta de vagas, bem como do sistema de oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, buscando parcerias e convênios nos projetos de abertura de novos cursos e áreas;
- estabelecimento de convênio com a pós-graduação para participação em grupos de pesquisa institucional e demais projetos articulados com essa diretoria, além da crescente e progressiva participação em eventos de caráter científico.

1.2.1.1 Finalidades

A EAD do IFNMG tem por finalidades:

- promover a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação profissional de nível técnico, graduação e pós-graduação na modalidade EAD;
- reduzir as desigualdades de oferta da Educação Profissional e Tecnológica nas diversas regiões do Estado (com pesquisas de demanda constantemente atualizadas) e ampliar o acesso à educação pública de qualidade;
- fomentar pesquisas relacionadas às TIC que possam contribuir para a formação de professores da educação básica e assim garantir melhorias na qualidade da educação;
- produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados tanto no ensino da modalidade EAD quanto, processualmente, na modalidade presencial;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino a distância, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

1.2.1.2 Objetivos

Os objetivos da EAD do IFNMG são:

- aumentar o acesso ao conhecimento, diminuindo barreiras geográficas;
- facilitar o estudo, flexibilizando o local e o horário das aulas;
- possibilitar a aprendizagem por demanda, atendendo especificidades institucionais;
- possibilitar o ganho em escala na produção de materiais didáticos;
- aprimorar as possibilidades de desenvolvimento de material educacional por meio de equipe multidisciplinar de especialistas;
- proporcionar interatividade e *feedback* imediatos;
- formar comunidades colaborativas de aprendizagem;
- utilizar diferentes estratégias pedagógicas, atendendo a diferentes perfis e necessidades de desenvolvimento de competências;
- reduzir custos em relação a capacitações presenciais;

- auxiliar no processo de gestão do conhecimento;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

1.2.1.3 Princípios

O IFNMG, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores que se fazem presentes para a objetividade e eficácia de um programa de EAD:

- Interatividade: entre estudantes e professores, entre estudantes em equipes de trabalho, em debates sobre as videoaulas, nos debates e na preparação das atividades de aprendizagem durante as atividades supervisionadas, entre estudantes, tutores e especialistas, em fóruns de discussão, bate-papos (*chats*) programados.
- Seletividade: a comunicação com os estudantes, os professores-autores, regentes e tutores deve ser objetiva. Sugere-se que a seletividade não seja executada de forma fragmentada e individual pelos professores, mas que componha um todo para que os estudantes percebam as relações entre as disciplinas de uma mesma unidade temática. Além disso, esse é um princípio que exige habilidades pessoais que sejam desenvolvidas para permitirem ao estudante, mesmo que distante dos professores, dos tutores e dos colegas, praticar a seletividade no processo de educação permanente.
- Qualidade: implica uma inter-relação entre as necessidades, as expectativas e os interesses dos estudantes e a confiabilidade, a agilidade, a segurança e o bom atendimento da instituição. A interatividade e a seletividade podem direcionar à qualidade se organizadas, sistemicamente, levando em consideração os objetivos do curso, os participantes (professores – em seus diversos papéis - e aprendizes), a prática pedagógica prevista, os meios alocados, os suportes tecnológicos e o material didático, envolvidos em um processo avaliativo contínuo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Denominação do curso: Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde

2.2 Eixo tecnológico: Ambiente e Saúde

2.3 Carga horária total: 1.540 h.

2.4 Modalidade: A distância, com encontros presenciais

2.5 Forma: Concomitante/Subsequente

2.6 Ano de implantação: 1º semestre de 2015

2.7 Regime escolar: Semestral

2.8 Requisitos e forma de acesso: ter concluído ou cursar o Ensino Médio e ser selecionado em processo seletivo específico

2.9 Duração do curso: 2 anos

2.10 Prazo para integralização (tempo mínimo e máximo de integralização curricular): tempo mínimo de 2 anos (4 semestres) e tempo máximo de 4 anos (8 semestres).

2.11 Polos de oferta: Câmpus Almenara, Câmpus Araçuaí, Câmpus Arinos, Câmpus Diamantina, Câmpus Avançado Janaúba, Câmpus Januária, Câmpus Montes Claros, Câmpus Pirapora, Câmpus Teófilo Otoni e seus respectivos polos avançados.

3 JUSTIFICATIVA

A política de saúde no Brasil, tendo a Reforma Sanitária como referência doutrinária e o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de reorientação setorial e institucional, fornece indicações importantes para a ordenação da formação dos trabalhadores do setor, apontando a necessidade de considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização dos processos de educação profissional.

Estas indicações estão expressas na Constituição Federal de 1988 e nos dispositivos legais infraconstitucionais (Leis 8080/90 e 8142/90) que definem um conceito ampliado de saúde, para além da dimensão setorial dos serviços, e um conjunto de princípios balizadores, centrados na integralidade, universalidade e equidade da atenção, bem como no controle social e na descentralização da gestão, com comando único em cada esfera de governo. Assim, “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, Constituição, 1988, Artigo 196). Ao garantir a universalidade do acesso, a Constituição Federal intensificou a demanda aos serviços de saúde, tradicionalmente centrados no eixo hospitalar.

Buscando criar estratégias para reverter este modelo e atender à demanda crescente, várias experiências, em nível local, começaram a surgir priorizando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, incorporando, em muitas delas, as contribuições da própria população, por meio de sua cultura no “saber-fazer” os cuidados com sua própria saúde. Estas experiências influenciaram a concepção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (1991) e, posteriormente, do Programa de Saúde da Família (1994).

Nesse cenário, o agente comunitário de saúde desempenha um papel de mediador social, sendo considerado “um elo entre os objetivos das políticas sociais do Estado e os objetivos próprios ao modo de vida da comunidade; entre as necessidades de saúde e outros tipos de necessidades das pessoas; entre o conhecimento popular e o conhecimento científico sobre saúde; entre a capacidade de autoajuda, própria da comunidade, e os direitos sociais garantidos pelo Estado.” (NOGUEIRA *et al*, 2000).

A profissionalização desses trabalhadores deve, então, considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil (Lei Federal nº 9.394/96, Decreto Federal nº 5.154/2004, Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/99) que apontam para a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Deve considerar, também, as necessidades apontadas pelo SUS, que exige profissionais com capacidade de atuar em diferentes setores, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde e sociais, em qualquer nível do Sistema.

Nesse contexto, a Lei Federal nº 10.507, de 10 de julho de 2002, cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS). Naquele momento, a maioria dos ACSs não tinha formação adequada para exercer todas as atividades inerentes ao cargo pois, segundo o referencial curricular e o manual técnico dos Ministérios da Educação e da Saúde de 2004, 18% dos trabalhadores da área tinham apenas o ensino fundamental e 22% sequer possuíam esse nível de ensino completo.

A lei nº 10.507/2002 só regeu as atividades dos ACSs até 6 de outubro de 2006, quando foi publicada a lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Esta passa a exigir que os ACSs que ingressarem no sistema após a publicação da lei, devem ter concluído, com aproveitamento, o curso introdutório de formação inicial e continuada em ACS, além de possuir ensino fundamental completo.

Dessa maneira, o Ministério da Saúde reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de reajuste da força de trabalho, no sentido de contribuir decisivamente para a qualificação e a efetivação da política nacional de saúde. Esta concepção da formação busca caracterizar a necessidade de elevação da escolaridade e dos perfis de desempenho profissional, possibilitando aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores – domínio do conhecimento técnico-científico, capacidade de autoplanejamento, de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de trabalhar em equipe, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho.

Assim, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor da saúde às demandas da população, o Ministério da Saúde tem investido fortemente na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

Em resposta aos investimentos feitos pelo Ministério da Saúde, a demanda por ACSs cresceu de forma acelerada. Isso é facilmente verificado quando se examina editais de concursos públicos de diversas prefeituras municipais, as quais possuem a responsabilidade de promover a saúde da população por meio do Programa Saúde da Família, programa em que esse profissional está inserido.

Ocorre que a maioria dos que buscam concorrer ao cargo de ACS não possui formação adequada em conformidade com a lei nº 11.350/2006. Isso também é evidenciado pela busca das prefeituras por cursos de qualificação profissional para seu quadro permanente de funcionários do setor.

Nesse contexto, o curso técnico em ACS ofertado pelo IFNMG busca suprir a necessidade de formação adequada dos cidadãos que almejam a profissão de ACS e dos que já atuam nessa profissão, como via de conexão e integração entre as unidades de saúde e a comunidade onde está inserido.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Proporcionar formação técnica de nível médio em ACS na modalidade subsequente, por meio do desenvolvimento de competências, nas quais o profissional desenvolva uma relação dialética com as múltiplas relações sociais existentes, em cuja totalidade se insere a vida, e, através do pensar holisticamente, possa contemplar a necessidade do aprender permanente que lhe permitirá o acompanhamento da evolução dos conhecimentos, considerando a evolução tecnológica, as necessidades advindas do contexto político-social e as exigências relevantes do mundo do trabalho, e seja capaz de atuar junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado

e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

4.2 Objetivos específicos

Formar técnicos em ACS, de nível médio que desenvolvam competência para:

- atuar na perspectiva de promoção, prevenção e proteção à saúde, orientando e acompanhando famílias e grupos em seus domicílios e os encaminhando aos serviços de saúde;
- realizar mapeamento e cadastramento de dados sociais, demográficos e de saúde, consolidando e analisando as informações obtidas;
- participar, com as equipes de saúde e a comunidade, da elaboração, implementação, avaliação e reprogramação do plano de ação local de saúde;
- participar e mobilizar a população para as reuniões do Conselho de Saúde;
- identificar indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais sensibilizando a comunidade para a convivência;
- trabalhar em equipe nas unidades básicas do SUS promovendo a integração entre população atendida e os serviços de atenção básica à saúde;
- desenvolver ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita na Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;
- realizar, em conjunto com a equipe, atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde no âmbito de adscrição da Unidade Básica de Saúde;
- desenvolver ações de promoção e de proteção e desenvolvimento da cidadania no âmbito social e da saúde;
- desenvolver, em equipe, ações de promoção da saúde visando à melhoria da qualidade de vida da população, à gestão social das políticas.

5 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

O curso técnico de ACS visa a preparar profissionais para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades nos programas de Saúde da Família (PSF).

Este profissional atuará no SUS, no campo de interface intersetorial da assistência social, educação e meio ambiente, desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, e no âmbito social e da saúde, auxiliando e/ou desenvolvendo atividades como:

- trabalhos em equipe de saúde;
- promoção à integração entre a equipe de saúde e a população de referência adscrita à Unidade Básica de Saúde;
- orientação de indivíduos, famílias e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica de saúde;
- realização de ações de coleta de dados e registro das informações pertinentes ao trabalho desenvolvido;
- promoção de estímulos à população para participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de saúde;
- realização do mapeamento institucional, social e demográfico em sua micro-área de atuação;
- Análise dos riscos sociais e ambientais à saúde da população de sua microárea de atuação;
- realização de cadastramento das famílias na sua microárea de atuação e análise dos dados obtidos;
- realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela população local, das informações obtidas nos levantamentos sócio-epidemiológicos realizados pela equipe de saúde;
- avaliação e priorização dos problemas de saúde da população de sua microárea de atuação, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde e pela população local;

- elaboração do plano de ação, sua implementação, avaliação e reprogramação permanente junto às equipes de saúde;
- identificação da relação entre problemas de saúde e condições de vida;
- implementação de processos de reflexão, junto aos indivíduos, grupos sociais e coletividades, acerca de suas condições de saúde/doença;
- realização de atividades educativas;
- orientação à população quanto a medidas de proteção à saúde (alimentação);
- higiene pessoal, limpeza, acondicionamento e destino do lixo, cuidados com a água e dejetos, prevenção de acidentes domésticos e outras;
- promoção e implementação de ações intersetoriais;
- orientação à família e/ou portador de necessidades especiais quanto às medidas facilitadoras para a sua máxima inclusão social;
- participação e mobilização da população para participar de reuniões do conselho local de saúde e de outros conselhos locais;
- identificação das condições ambientais e sanitárias que constituem risco para a saúde de indivíduos e populações;
- identificação, na microárea, das doenças relacionadas aos problemas sanitários e ambientais locais;
- orientação a moradores e famílias sobre os cuidados relacionados ao ambiente domiciliar e peridomiciliar;
- realização de acompanhamento da microárea, utilizando indicadores definidos pela equipe de saúde;
- identificação de indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais de saúde;
- orientação a famílias e grupos na identificação de sinais indicativos de problemas de saúde;
- comunicação à unidade básica de saúde dos casos existentes de indivíduos ou grupos que necessitam de cuidados especiais;
- encaminhamento para a unidade básica de saúde das demandas de atendimento identificadas na população da microárea, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde;

- sensibilização dos familiares e seu grupo social para a convivência com os indivíduos que necessitam de cuidados especiais;
- organização dos registros de acompanhamentos domiciliares, conforme estabelecido pela unidade básica de saúde;
- orientação e acompanhamento das gestantes e seus familiares nos cuidados relativos à gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o recém-nascido;
- orientação das famílias e grupos quanto à saúde sexual e reprodutiva;
- acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e da situação vacinal das crianças, conforme planejamento da equipe de saúde;
- orientação dos indivíduos e famílias sobre as medidas de prevenção e controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis.

O ACS possui seu campo de atuação estabelecido, exclusivamente, no âmbito do SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e órgãos ou entidades da administração direta, autárquica ou fundacional, salvo o disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal.

Segundo o parágrafo único, art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, o ACS tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Orientações metodológicas

O Curso Técnico em ACS do IFNMG procura articular trabalho, cultura, ciência, tecnologia e tempo, visando ao acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente. Assim, este curso possibilita uma nova forma de atendimento em que o educando

possa compreender o mundo, se compreender no mundo e nele atuar na busca de melhoria da qualidade de vida.

Este curso deve contemplar a elevação da escolaridade com a profissionalização para um contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e acesso a uma formação profissional de qualidade, levando em conta que cada educando tem uma experiência de vida acumulada de acordo com a sua realidade vivida.

Dessa forma, o curso propõe um currículo que assegure o acesso, a permanência e o êxito do profissional formado não apenas no curso em si, mas também no setor formal, público ou privado, ou como profissional autônomo. Para isso, o curso será composto por momentos a distância e por momentos presenciais.

Nos momentos presenciais, a duração do módulo/aula será de **50 minutos**. O conteúdo de cada módulo será organizado e agrupado em áreas que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais, visando à constituição e desenvolvimento de conjuntos de competências, identificadas a partir das Matrizes de Referência que atendem ao perfil de conclusão definido para o técnico.

Considerar-se-ão, ainda, as questões pertinentes a essa modalidade de ensino, como:

- orientação tutorial presencial nos polos regionais, consciente e atuante que proporcione ao cursista a aprendizagem e motivação necessária para o bom andamento do curso;
- orientação tutorial a distância;
- desenvolvimento de um processo avaliativo que procure contemplar as dimensões diagnóstica, somativa e formativa;
- estudo individual e em grupo orientado pelos cadernos didáticos e atividades;
- formulação de guias ou manuais norteadores do trabalho docente e discente;
- elaboração ou adaptação de material didático lúdico, contextualizado, com textos e atividades coerentes com o desenvolvimento metodológico dos cursos;

- prática da interdisciplinaridade entre conteúdos do curso e conteúdos do ensino médio, especialmente, para os casos em que o educando esteja cursando esta etapa da educação básica; e ação-reflexão-ação durante o desenvolvimento do curso;
- socialização das experiências e conteúdos trabalhados, por meio de momentos presenciais, atividades práticas e/ou de campo, trabalhos em grupo, fóruns virtuais de discussão, seminários, dentre outros;
- corpo docente composto por professores e técnicos do IFNMG e professores convidados, qualificados para o exercício do magistério nas modalidades de EAD e suas tecnologias;
- utilização de ferramentas tecnológicas adequadas ao processo de educação a distância.

Apesar da ausência de obrigatoriedade do estágio supervisionado na legislação, exceto para os cursos cuja natureza o exijam, acredita-se que a prática profissional deve permear todo o processo educativo e deve interagir com a teoria, acontecendo em sala de aula, sala ambiente em relação direta professor/aluno.

6.1.1 Material didático do curso

O material didático a ser utilizado no curso será impresso a partir de materiais já existente no Portal da Rede e-Tec ou elaborados para atender à especificidade de cada curso na região. Em caso de necessidade de elaboração ou adaptação do material didático, este seguirá as orientações da SETEC/MEC, para que o processo educacional atinja seus objetivos. Seu conteúdo e formatação serão específicos e na linguagem da EAD, relacionando teoria e prática de maneira integrada à plataforma *Moodle* e atenderá a dois formatos: versões impressa e eletrônica.

6.1.2 Metodologia de organização dos módulos

6.1.2.1 Módulo introdutório

O módulo introdutório é destinado à preparação dos cursistas para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio da disciplina Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica. Além da introdução ao ambiente virtual, propõem-se aulas de Português Instrumental, Inglês Instrumental e Matemática Básica para que os cursistas tenham a oportunidade de discutir e argumentar sobre as proposições no ambiente virtual, assim como entender a proposta do curso, responder às atividades com coerência, melhorar a qualidade da sua leitura e escrita e nivelar seus conhecimentos matemáticos para a progressão dos estudos nos módulos seguintes, conforme necessidade do curso.

6.1.2.2 Estudos individuais

Os estudos individuais destinam-se ao desenvolvimento de habilidades de gestão e organização do tempo de estudo e à autonomia no processo de aprendizagem, através da leitura dos cadernos didáticos e realização de atividades específicas. Essas atividades constarão nos cadernos dos módulos ou serão propostas pelo professor formador da disciplina, sob a forma de textos e exercícios individuais, para desenvolvimento, aplicação e problematização das questões conceituais e da prática profissional. Elas deverão ser postadas periodicamente no AVA pelos professores formadores, sob a supervisão dos tutores presenciais e a distância.

6.1.2.3 Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho constituem-se de grupos de cursistas que se reunirão periodicamente para realização das atividades coletivas autoinstrucionais previstas no caderno de estudos e/ou sugeridas pelo professor no decorrer do curso. Esses grupos serão formados levando-se em consideração o local de residência dos cursistas e as possibilidades de encontros presenciais para realização das atividades. Os grupos de trabalho

possuem como principal objetivo o desenvolvimento de competências profissionais, vinculadas à capacidade de construir relações e compartilhar as práticas de formação, favorecendo a problematização, a troca de ideias e a construção da prática coletiva. Caberá ao próprio grupo organizar o calendário para realização de seus encontros, contando, para isso, com a orientação e colaboração do tutor presencial.

6.1.2.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão realizados em etapas destinadas aos estudos, apresentação de seminário de consolidação de estudos/aulas práticas, revisão da disciplina/atividades práticas e avaliação, constituindo-se no principal momento para socialização das atividades. Sua finalidade é propiciar a troca de experiências entre cursistas, apresentar a disciplina, introduzir novas atividades e dar orientações gerais, avaliar resultados, sanar dúvidas e dificuldades. As aulas expositivas, sempre de responsabilidade do professor formador, serão ofertadas por meio de videoaulas com duração de 50 minutos, tendo dois intervalos para a realização das atividades propostas pelo professor formador. O tutor presencial será responsável por coordenar e avaliar a realização dessas atividades. Haverá, também, momentos presenciais para os cursistas realizarem as avaliações referentes aos conteúdos trabalhados na disciplina. Esses momentos presenciais serão organizados pelos coordenadores de curso e coordenadores de polo.

Apresentação dos momentos presenciais e a distância:

Evento	Objetivo	Responsável
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.

	minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	
Estudo no AVA	Discutir os temas propostos pelo professor formador, buscando a construção colaborativa de conhecimentos.	Professor formador, coordenador de tutoria, tutor a distância e tutor presencial.
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20 minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Seminário de Consolidação de Estudos/Aulas Práticas	Realizar seminários e/ou aulas práticas, conforme a exigência de cada disciplina, visando à consolidação dos conhecimentos construídos.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Revisão da disciplina/atividades práticas	Revisar o conteúdo através de resumo da disciplina e atividades práticas planejadas e propostas pelo professor formador.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Avaliação <i>online</i>	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas), através de instrumento <i>online</i> , no qual o aluno terá 50 minutos para resolver 10 questões objetivas de cada disciplina.	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo, tutor a distância e tutor presencial.

Avaliação presencial	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas).	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo e tutor presencial.
Autoavaliação	Refletir sobre a própria aprendizagem, visando a melhorias.	Professor formador e aluno.

6.2 Estrutura curricular do curso

6.2.1 Matriz curricular

Módulo	Disciplina	CH
I	Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica	40
	Português Instrumental	40
	Ética Profissional	40
	Políticas de Saúde no Brasil e a Estratégia Saúde da Família	40
	Fundamentos do Trabalho do Agente Comunitário de Saúde	40
	Organização da Atenção à Saúde e Territorialização	40
	Psicologia Aplicada à Saúde	40
	Total de Horas do Semestre	
II	Vigilância em Saúde: ambiental, sanitária e saúde do trabalhador	40
	Sociologia	40
	Noções de Microbiologia e Parasitologia	40
	Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal	40
	O Trabalho Socioeducativo com Famílias: possibilidades e limites	40
	Doenças Endêmicas	40
Total de Horas do Semestre		240 h

III	Libras	60
	Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo	40
	Promoção da Saúde Mental	40
	Atendimento de Emergência	40
	Planejamento em Saúde Coletiva e Construção de Redes Comunitárias para Promoção da Saúde	40
	Epidemiologia Aplicada à Saúde Pública	40
	Ação Educativa na Prevenção e Controle das Doenças	40
Total de Horas do Semestre		300 h
IV	Saúde da Mulher e do Recém-nascido	60
	Saúde da Criança e do Adolescente	60
	Desenvolvimento de Projeto Educativo na Comunidade	60
	Doenças Emergentes e Reemergentes na Saúde Coletiva	60
	Libras	60
	Saúde do Homem e do Idoso	60
	Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde de Pessoas com Necessidades Especiais	60
Total de carga horária do semestre		420 h
	Prática Profissional Obrigatória	300
Total de carga horária sem a Prática Profissional		1240 h
Carga horária total do Curso		1540 h

6.2.2 Representação gráfica da formação (fluxograma)



6.2.3 Ementário por disciplina

Módulo I

Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica	Nº de Aulas Semanais:	Carga Horária: 60 h	
EMENTA:			
Educação a distância. Ambiente virtual de aprendizagem. Evolução da informática. Componentes de um sistema computacional. Componentes básicos de <i>hardware</i> . Processadores eletrônicos de texto. Formatação e impressão de documentos de texto. Planilhas eletrônicas. Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. <i>Softwares</i> para apresentações eletrônicas. Princípios da interatividade.			
Bibliografia Básica:			
CAPRON, H. L., JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.			
MARILYN, M.; ROBERTA B.; PFAFFENBERGER, B. Nosso Futuro e o Computador . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.			
MINK, Carlos. Microsoft Office 2000 . Editora Makron Books Ltda, 1999.			
WHITE, R. Como Funciona o Computador . 8. ed. Editora QUARK, 1998.			
Bibliografia complementar:			
ABRANET. Ambiente Brasileiro de Aprendizagem via Internet . 2003.			
ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a Distância na Internet : abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educação e Pesquisa, São Paulo: USP, v. 29, n. 2, p. 327-340, 2003.			
ALMEIDA, M. P. de. Curso de Formação de Tutores em EAD para Atuação na Área de Gestão Educacional : desenhos curriculares. 2006. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, 2006.			
ALMEIDA, P.; GARBULHA, A.; ATTA, C. Modelo de Design Instrucional para Disciplinas de Graduação na Modalidade Semipresencial : a experiência do IESB. <i>In</i> : Congresso Internacional de Educação a Distância, 12., 2005. Florianópolis. 2005. Disponível em: < http://www.abed.org.br >. Acesso em: 19 out. 2005.			
ALVES, L. Um Olhar Pedagógico das Interfaces do Moodle. <i>In</i> : ALVES, L.; BARROS, D.; OKADA, A. (org.). Moodle : estratégias pedagógicas e estudos de caso. Salvador: Eduneb, 2009. p.185-201.			

Disciplina: Ética Profissional	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Ética e moral. Valores humanos e morais. Mandamentos da ética. Elementos da ética; Consciência ética. Conduta ética. Ética e cidadania. Ética nas culturas. Ética na educação. A crise da ética. Dilema. Cinco valores que permeiam as relações humanas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTA, S.; DINIZ, D. Ensaio: bioética. São Paulo: Brasiliense, 2006.</p> <p>CUNHA, Maria de Lourdes da; GOUVEIA, Lene Revoredo. A Ética: como fundamento dos projetos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. Ética e Bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. São Paulo: Manole, 2006.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>CHALITA, Gabriel. Os Dez Mandamentos da Ética. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2003.</p> <p>DALL'AGNOL, D. Bioética: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.</p> <p>PESSINI, L. Um Grito por Dignidade de Viver. São Paulo: Paulinas, 2006.</p> <p>ZAJDSZNAJDER, Luciano. Ser Ético no Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.</p>	

Disciplina: Português Instrumental	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Linguagem, língua e dialetos: conceitos e variedades linguísticas. Comunicação: conotação e denotação. Níveis de linguagem. Os modelos de comunicação. Elementos da Língua Portuguesa. A frase, a oração, o período. O parágrafo: unidade de composição. Coesão e coerência. A estrutura de uma redação. A forma e o conteúdo. Os tipos de redação. Texto descritivo. O texto narrativo. O texto dissertativo. Redação oficial. Redação comercial.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação: uma proposta de interação textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 2005.</p> <p>DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985.</p>	

MAIA, João Domingues. **Português**: volume único: livro do professor/ João Domingues Maia. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, E. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FIORIN, J. Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para Entender o Texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e Escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os Segredos do Texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 5. ed. Trad. Cecília P. de Souza e Silva. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: Políticas de Saúde no Brasil e a Estratégia Saúde da Família

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Políticas de saúde do Estado brasileiro. O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios e diretrizes do SUS. Direitos dos usuários. Participação social: Sistema Municipal de Saúde. Atenção primária à saúde. Estratégia saúde da família.

Bibliografia Básica:

BERTOLLI FILHO, C. **História da Saúde Pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CARVALHO, B. G.; MARTIN, G. .B; CORDONI JR., L. A Organização do Sistema de Saúde no Brasil. *In*: ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; CORDONI JR., L. (org.). **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: UEL/Abrasco, 2001. p. 27-59.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação**: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico, 1990.

BRASIL. **Legislação Complementar do SUS**. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária Executiva. Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes Operacionais Básicas para os Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. MS/GM. Portaria nº 2488, de 21 de outubro de 2011.

CRIVELLARO, J. L. G. **Sistema Único de Saúde e Saúde Coletiva**. 1. ed. Curitiba: LT, 2012.

Disciplina: Fundamentos do Trabalho do Agente Comunitário de Saúde

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Origem e evolução. Atribuições do agente comunitário. Agente de saúde da família. Mobilização Nacional dos Agente de Saúde (MNAS). Características da profissão. Legislação pertinente à área de atuação. Possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Bibliografia Básica:

CASTRO, L. J.; VILAR, A. L. R.; FERNANDES, P. V. **Precarização do Trabalho do Agente Comunitário de Saúde**: um desafio para a gestão do SUS. Rio Grande do Norte, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programas de Agentes Comunitários de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. **Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS)**. Secretaria Executiva, Ministério da Saúde, Brasília, 2001.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Prático do Programa de Saúde da Família**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família**: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Família no Brasil**: uma análise de indicadores selecionados: 1998-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **O trabalho do Agente Comunitário de Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Referencial Curricular para Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004.

Disciplina: Organização da Atenção à Saúde e Territorialização	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Perfil epidemiológico. Indicadores de saúde. Territorialização. Mapeamento sócio-político e ambiental. Interpretação demográfica. Informação em saúde. Condições de risco social. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento desses problemas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e Território Utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cadernos de Saúde Pública. v. 21, n. 3, Rio de Janeiro, maio/jun., 2005.</p> <p>MENDES, E. V. Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.</p> <p>UNGLERT, C. V. S. Territorialização em Sistemas de Saúde. <i>In</i>: MENDES, Eugênio Villaça. Distrito Sanitário: processo social de mudança das práticas do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1993.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005</p> <p>CONILL, E. M. Sistemas Comparados de Saúde: uma breve introdução sobre análise comparada em saúde. Tratado em Saúde Coletiva. Abrasco, 2006.</p> <p>GONDIM, G. M. M. <i>et al.</i> O Território da Saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização.</p> <p>MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e Território Utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cadernos de Saúde Pública. v. 21, n. 3, Rio de Janeiro, maio/jun., 2005, p. 898-906.</p> <p>STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: Unesco; Ministério da Saúde, 2002.</p> <p>URIBE RIVERA, Francisco Javier. A Programação Local de Saúde, os Distritos Sanitários e a Necessidade de um Enfoque Estratégico. Cadernos de Saúde Pública [online]. 1989, v. 5, n. 1, p. 60-81.</p>	

Disciplina: Psicologia Aplicada à Saúde	Carga Horária: 40 h
---	---------------------

EMENTA:

Psicologia do desenvolvimento humano. Relacionamentos e valores pessoais. Fases do desenvolvimento humano. Características e fatores intervenientes no desenvolvimento. Relacionamento interpessoal. Desenvolvimento moral. Rede de relações do indivíduo e seu impacto na estruturação da personalidade. Família, instituições educacionais e religiosas. Agrupamentos por idade e gênero. Técnicas de dinâmicas de grupo. Fatores intervenientes nos relacionamentos intragrupal e intergrupal: ética, valores e mitos. Relação interpessoal.

Bibliografia Básica:

ANGELONI, M. T. **Organizações do Conhecimento**: infraestrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

SARTOR, V. de B. Modelos Mentais e a Gestão do Conhecimento. *In*: ANGELONI, M. T. **Organizações do Conhecimento**: infraestrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALBERTI, Robert E.; EMMANS, Michael J. **Comportamento Assertivo**: um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

FONSECA FILHO, José Fontes. **Psicodrama da Loucura**: correlações entre Buber e Moreno. São Paulo: Agora, 1980.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e Trabalho**: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2006.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal**: treinamento em grupo. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

Módulo II

Disciplina:
Vigilância em Saúde: ambiental, sanitária e saúde do trabalhador

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Riscos ambientais e sanitários. Doenças prevalentes na microárea. Ambiente saudável, enfoque de risco e poluente. Vigilância em saúde. Saneamento ambiental. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Medidas de prevenção individual e coletiva das principais doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Doenças de notificação compulsória. Medidas de monitoramento das enfermidades segundo protocolos de saúde pública. Condições de risco ambiental. Riscos e agravos de saúde associados ao trabalho.

Bibliografia Básica:

ANVISA. **Guia Didático:** Vigilância Sanitária – alimentos, medicamentos, produtos e serviços de interesse da saúde. Brasília; Anvisa, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Superintendência de Epidemiologia, Análise da Situação de Saúde de Minas Gerais, 2006.

TEIXEIRA, C. F.; COSTA, E. A. **Vigilância da Saúde e Vigilância Sanitária:** concepções, estratégias e práticas. Texto preliminar elaborado para debate no 20º Seminário Temático da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 26 mar. 2003 (Cooperação Técnica ISC/Anvisa).

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela união, estados, distrito federal e municípios e dá outras providências.

COSTA, E. A. Política de Vigilância Sanitária: balanço e perspectivas. **Cadernos da Vigilância Sanitária**, Brasília, ANVISA, MS, 2001.

GUILAM, M. C. R. Risco e Saúde. *In:* DE SETA, M. H.; PEPE, V. L. E.; OLIVEIRA, G. O. (org.). **Gestão e Vigilância Sanitária:** modos atuais de pensar e fazer. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 15-32.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e Território Utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 21, n. 3, Rio de Janeiro, maio/jun., 2005.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBOAS, A. L. **SUS:** modelos assistenciais e vigilância da saúde. IESUS, VII, n. 2, p. 7-28, 1998.

Disciplina: Sociologia

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

A Sociologia no cotidiano. Política e cidadania. Participação e mobilização social: conceitos, fatores que facilitam e/ou dificultam a ação coletiva de base popular. Lideranças: conceito, tipos e processos de constituição de líderes populares. Cultura, identidade e diversidade. Saúde e doença como construções sociais. Família: ampliação do conceito, especificidade e diferença. Estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente, a família. Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde.

Bibliografia Básica:

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, **José de Souza. Sociologia e Sociedade.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LE BRETON, D. A. **Sociologia do Corpo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz. **Sociologia da Saúde.** 2. ed. Educ: São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar:

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CANESQUI A. M. (org.). **Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

COSTA, Cristina. Sociologia: **Introdução à Ciência da Sociedade.** São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia.** Série Brasil. Ensino Médio. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

Disciplina: Noções de Microbiologia e Parasitologia

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Diagnóstico laboratorial. Viroses, drogas antivirais e vacinas virais. Estudo das características morfológicas e fisiológicas da célula bacteriana. Controle dos microrganismos por agentes físicos e químicos. Agentes antimicrobianos e mecanismo de resistência bacteriana. Microbiota normal do homem e mecanismos regulatórios. Controle do crescimento microbiano. Fatores de virulência bacteriana. Estudo das principais bactérias patogênicas ao homem. Conceitos básicos em parasitologia. Estudo dos protozoários, helmintos e artrópodes parasitas do homem. Ciclos biológicos. Mecanismos implicados no parasitismo. Patogenia e patologia relacionadas à interação parasita/hospedeiro. Noções gerais de fungos e micoses.

Bibliografia Básica:

AMATO, N. V.; AMATO, V. S.; GRYSCHKEK, R. C. B.; TUON, F. F. **Parasitologia – uma abordagem clínica.** 1. ed. São Paulo: Ed. Elsevier, 2008.

BERENQUER, J. G. **Manual de Parasitologia:** morfologia e biologia dos parasitos de interesse sanitário. 1. ed. Chapecó: Argos, 2006.

BURTON, G. R. W.; ENGELKIRK, P. G. **Microbiologia para Ciências da Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

NEVES, D. P. **Parasitologia Dinâmica**. São Paulo: Atheneu, 2006.

REY, L. **Parasitologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SOARES, M. M.; RIBEIRO, M. G. **Microbiologia Prática Roteiro e Manual: bactérias e fungos**. São Paulo: Atheneu, 2002.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. A. **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

WASHINGTON, C. W.; KONEMAN, E. W. **Diagnóstico Microbiológico – texto e atlas colorido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

WIGG, M. D.; ROMANOS, M. T. V.; SANTOS, N. S. O. **Introdução à Virologia Humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Disciplina: Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Determinação do processo social de produção dominante numa sociedade, a produção da saúde-doença. Desenvolvimento histórico da odontologia. Relações da estrutura econômica e a superestrutura na consolidação de uma sociedade com diferenças no acesso à saúde e à educação. Introdução à saúde bucal coletiva. Os direitos do cidadão brasileiro. O processo social de produção. A estrutura econômica e a determinação social. A exclusão social. A prática odontológica como prática liberal. As perspectivas do SUS. Processo saúde-doença. Diretrizes em saúde e saúde bucal. A influência superestrutural. Comunicação e transferência. O desenvolvimento do ser humano e o processo educativo formal e informal. Transferência em saúde e saúde bucal. O impacto dos meios massivos de comunicação. Odontologia no SUS.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MOYSÉS, S. T.; KRIGER, L.; MOYSÉS, S. J. **Saúde Bucal das Famílias: trabalhando com evidências**. São Paulo: Artes Médicas, 2008.

NARVAI, Paulo Capel; FRAZÃO, Paulo. **Saúde Bucal no Brasil: muito além do céu da boca**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; NARVAI, Paulo Capel. Políticas de Saúde Bucal no Brasil e seu Impacto sobre as Desigualdades em Saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 44, n. 2, p. 360-5, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Projeto SB Brasil 2003**: condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003.

NARVAI, Paulo Capel. Saúde Bucal Coletiva: caminhos da odontologia sanitária à bucalidade. **Revista Saúde Pública**, v. 40, n. esp, 2006.

PINTO, Vitor Gomes. Saúde Bucal no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 17, n. 4, p. 316-27, 1983.

PUCCA JR., G. A. A Política Nacional de Saúde Bucal como Demanda Social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 243-246, 2006.

Disciplina: O Trabalho Socioeducativo com Famílias: possibilidades e limites	Carga Horária: 40 h
EMENTA: Conceitos teóricos para pesquisas e práticas em promoção de saúde da família. Métodos para estudo de saúde das famílias. Instrumentos para levantamento de dados. Redes de apoio e suporte social. Construção de intervenções. Inovação do cuidado para promoção de saúde nas famílias. Conceituações de vulnerabilidade social à saúde. Fatores de vulnerabilidade na infância e adolescência nas sociedades contemporâneas: exposição ao uso abusivo de substâncias psicoativas; vulnerabilidade social e suas interfaces com a violência; sexualidade e fatores sociais e culturais de risco; relações de gêneros, entre outros. Políticas públicas para proteção à infância e à juventude. Questões de saúde e relações de gêneros, violência doméstica, saúde da mulher, saúde reprodutiva e sexualidade. Envelhecimento e saúde, qualidade de vida na terceira idade, aspectos psicossociais da terceira idade e saúde.	
Bibliografia Básica: LÔBO, Paulo. Famílias . São Paulo: Saraiva, 2008. PAPALIA, D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. Visitando a família ao longo do ciclo vital . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.	
Bibliografia Complementar: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (org.). Família, redes, laços e políticas públicas . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.	

COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da Família** - uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Rubio Ltda, 2004.

CHAPADEIRO, Cibele Alves; ANDRADE, Helga Yuri Silva Okano; ARAÚJO, Maria Rizioneide Negreiros. **A família como Foco da Atenção Primária à Saúde**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2011.

Disciplina: Doenças Endêmicas	Carga Horária: 40 h
EMENTA:	
Epidemiologia das doenças endêmicas. Estudo da transição epidemiológica e demográfica brasileira. Doenças endêmicas infecciosas. Trajetória histórica e distribuição no espaço. Políticas públicas e metodologias de prevenção e controle. Vigilância à saúde. Noções de ecologia voltada para as endemias. Etiologias, transmissão e características patológicas e epidemiológicas das endemias em regiões suscetíveis. Implicações sociais, econômicas e anatomo-fisiológicas das principais endemias brasileiras em regiões de mata e floresta.	
Bibliografia Básica:	
BERENGUER, J. G. Manual de Parasitologia : morfologia e biologia dos parasitos de interesse sanitário. 1. ed. Chapecó: Argos, 2006.	
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. A. Microbiologia . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.	
WIGG, M. D.; ROMANOS, M. T. V.; SANTOS, N. S. O. Introdução à Virologia Humana . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.	
Bibliografia Complementar:	
COURA JR. Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias . v. I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	
LEAO, R. N. Q. Doenças Infecciosas e Parasitárias – enfoque amazônico. CEJUP: UEPA: Instituto Evandro Chagas, 1997.	
NEVES, D. P.; NETO, J. B. B. Atlas Didático de Parasitologia . 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.	
NEVES, D. P. Parasitologia Dinâmica . 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.	

Módulo III

Disciplina: Libras	Carga Horária: 60 h
EMENTA: Percepção visual: cultura e identidade surda. A importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o acesso à inclusão. Expressão corporal e facial como elemento linguístico. Parâmetros fonológicos da Libras. Datilologia (alfabeto manual). Sinais contextualizados para a comunicação cotidiana: sinais pessoais e nomes próprios, saudações, sistema numérico, pronomes e Indicadores temporais. Tipos de frases em Libras. Classificadores (CL) nas línguas visuo-espaciais.	
Bibliografia Básica: RIBEIRO, M. C. M. A. (org.). Língua Brasileira de Sinais . Montes Claros: Unimontes, 2012. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de Libras 1 . Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.	
Bibliografia Complementar: FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna S. Libras em Contexto: curso básico , livro do professor instrutor. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001. QUADROS, Ronice Muller de O. Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa . Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC-SEESP, 2004. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de Libras 2 . Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. SKLIAR, C. (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998. VASCONCELOS, Silvana Patrícia; SANTOS, Fabrícia da Silva; SOUZA, Gláucia Rosa da. LIBRAS: língua de sinais. Nível 1 . AJA. Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos. Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos CORDE.	

Disciplina: Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>O trabalho em grupo como estratégia para o estabelecimento de um relacionamento interpessoal empático. Estratégias e técnicas para facilitar o autoconhecimento, o desenvolvimento de autoimagem, autoconceito, autoestima, expressividade emocional, tomada de decisão, <i>feedback</i>, empatia, cooperação e direção de grupo. O processo de mudança comportamental como agente de mudança.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDREOLA, B. A. Dinâmica de Grupo: jogo da vida e didática do futuro. 17. ed. Petrópolis: Vozes; 1999</p> <p>BRANDÃO, C. R. A educação como Cultura. Campinas: Mercado Aberto, 2002.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família. 2. ed. São Paulo: Sobral, 2001.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANTUNES, C. Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de Ludoterapia. Petrópolis: Ed.Vozes,1987.</p> <p>ASSMANN, H. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>FRITZEN, J. S. Exercícios Práticos de Grupo e de Relações Humanas. Petrópolis: Vozes, 1974.</p> <p>FRITZEN, J. S. Relações Humanas Interpessoais. Petrópolis: Vozes,1987.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. Educação Popular e Atenção à Saúde da Família. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as Práticas de Saúde a partir de Experiências de Educação Popular nos Serviços de Saúde. Interface — Comunicação, Saúde e Educação, v. 5, n. 8, p. 121-6, 2001.</p>	

Disciplina: Promoção da Saúde Mental	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Reflexão sobre os conceitos de saúde mental dentro da perspectiva da saúde coletiva, privilegiando a interdisciplinaridade, o trabalho em grupo operativo, saúde mental comunitária, a ampliação do campo da saúde mental após o movimento da reforma psiquiátrica. Saúde – doença mental. Aspectos histórico-culturais e sócio-</p>	

políticos da psiquiatria. Reforma psiquiátrica e espaços substitutivos. Promoção e prevenção em saúde mental. Princípios de comunicação terapêutica. Relacionamento terapêutico e atividades terapêuticas grupais. Processo de cuidado em saúde mental. Saúde mental no contexto familiar. Transtornos psíquicos e ações de enfermagem. Prevenção, tratamento e reinserção social do usuário de substância psicoativa.

Bibliografia Básica:

ABREU, D. N. **A prática entre vários**: a psicanálise na instituição de saúde mental. Estudos e Pesquisas em Psicologia. RJ: UERJ, 2008.

AMARANTE, P. (org.). **Loucos pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Panorama/ENSP, 1995.

STEFANELLI, M. C.; FUKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. **Enfermagem Psiquiátrica em suas Dimensões Assistenciais**. São Paulo: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da III CNSM. Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Conselho Nacional de Saúde. Brasília. Ministério da Saúde. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Mental/Coordenação de Gestão da Atenção Básica. **Saúde Mental e Atenção Básica**: o vínculo e o diálogo necessários. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAMPOS, G. W. S. A Clínica do Sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. *In*: CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 51-67.

CORREA, R. G. **Introdução à Reabilitação de Dependentes Químicos**. Instituto Federal do Paraná. Educação a Distância. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.ifpr.edu.br>>. Acesso em: 5 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. **Reforma Psiquiátrica e Manicômios Judiciários**: relatório final do Seminário Nacional para a Reorientação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAMPOS, Rosana Onocko. **A Gestão**: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. *In*: Campos, G. W. S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 122-149.

Disciplina: Atendimento de Emergência	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Anatomia e fisiologia. Avaliação e exame inicial da vítima. Desobstrução das vias aéreas. Ressuscitação cardiopulmonar. Ferimentos. Hemorragia. Choque. Fratura. Bandagem. Luxação. Entorse. Imobilização e remoção. Princípios da mecânica corporal. Queimadura. Envenenamento. Acidentes com animais peçonhentos. Afogamento. Parto de emergência. Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida. Choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo. Parto.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>NOVAES, G.; NOVAES, J.; ALKIMIM, R. Socorros e Urgências. Rio de Janeiro: Shape, 2005.</p> <p>CORREA, R. G. Urgência e Emergência. Instituto Federal do Paraná. Educação a Distância. Curitiba, 2012.</p> <p>SANTOS, N. C. M. Urgência e Emergência para a Enfermagem do Atendimento Pré-Hospitalar à Sala de Emergência. São Paulo: Íatria, 2007.</p> <p>HAFEN, B. Q.; KARREN, K. J.; FRANDSEN, K. Primeiros Socorros para Estudantes. São Paulo: Manole, 2002.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>OLIVEIRA, B. F. M. Trauma: atendimento pré-hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2004.</p> <p>SANTORO, D. <i>et.al.</i> Cuidados de Enfermagem em Terapia Intensiva. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2008.</p> <p>BATIGÁLIA, V. A. Desenvolvimento Infantil e Propensão a Acidentes. HB Científica, v. 9, n. 2, p. 91, mai/ago. 2002.</p> <p>MARTINS, C. B. G. Acidentes na Infância e Adolescência: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, n. 3, p. 344-348, 2006.</p> <p>PORTAL DA SAÚDE. Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Brasília. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.</p> <p>ANDRAUS, L. M. S.; MINAMISAVA, R. M.; Borges I. K.; BARBOSA, M. A. Primeiros Socorros para Criança: relato de experiência. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 220-225, jun. 2005.</p>	

Disciplina: Planejamento em Saúde Coletiva e Construção de Redes Comunitárias para Promoção da Saúde	Carga Horária: 40 h
<p>EMENTA:</p> <p>Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB): conceito, finalidades, fluxo, preenchimento dos formulários e análise dos dados. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, nutrição, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica. Mapeamento sociopolítico e ambiental: finalidades e técnicas. Interpretação demográfica. Conceito de territorialização, microárea e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos. Indicadores de saúde. Estratégias de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BELISÁRIO, Soraya Almeida (org.). Gestão Municipal de Saúde: textos básicos. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. p. 193-200.</p> <p>CONILL, E. M. Sistemas Comparados de Saúde: uma breve introdução sobre análise comparada em saúde. Tratado em Saúde Coletiva. Abrasco, 2006.</p> <p>CUNHA, J.P., Cunha, R.E. Sistema Único de Saúde – Princípios. In _____ Brasil. Ministério da Saúde. Gestão Municipal de Saúde. Textos Básicos, Brasília, 2001, pp 285-304</p> <p>CUNHA, J. P. P.; CUNHA, R. Sistema Único de Saúde - SUS: princípios. Caderno de Saúde. Planejamento e Gestão em Saúde. NESCON/FM/UFMG, 2008.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ABRASCO/ABEP. Grupo Técnico de Informações em Saúde e População (GTISP). Informação em Saúde a Serviço da Sociedade. <i>In: Uso e Disseminação de Informação em Saúde</i>: subsídios para a elaboração de uma política de informações para o SUS. Ministério da Saúde e ABRASCO: oficina de trabalho - relatório final, anexo 1, 1994, p. 27-44.</p> <p>AYRES, J. R. C. M. Humanização da Assistência Hospitalar e o Cuidado como Categoria Reconstitutiva. Ciência & Saúde Coletiva: Ética e Humanização. Rio de Janeiro, ABRASCO, v. 9, n. 1, 2004.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Siab: manual do sistema de informação de atenção básica. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Brasília, 1998.</p>	

BERLINGUER, G.. Prioridades en Salud y Prioridad de la Salud. Revista Saúde em Debate, v. 42, p. 70-75.

BODSTEIN, R. Atenção Básica na Agenda da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 401-12, 2002.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, Saúde & Doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Planejamento familiar**: manual para o gestor. 1. ed. Brasília, 2002.

Disciplina: Epidemiologia Aplicada à Saúde Pública

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Epidemiologia para a população ou grupo de pessoas. A Epidemiologia indispensável do estudo do fenômeno saúde-doença na população, sua ocorrência, distribuição e fatores determinantes. Estudos epidemiológicos fundamentais na avaliação do impacto de medidas de controle de doenças. O planejamento da organização de um serviço de saúde e a avaliação das suas atividades na saúde da população e as bases da Epidemiologia. Princípios e métodos no diagnóstico de saúde da população e na identificação dos fatores determinantes dos seus agravos, sugerindo os melhores meios de promoção, proteção e recuperação da saúde. Conceito saúde-doença. Níveis de prevenção. Introdução à epidemiologia. Metodologia epidemiológica e epidemiologia descritiva. Epidemiologia analítica. Vigilância epidemiológica. Epidemiologia nos serviços de saúde. Bioestatística - apresentação de dados. Bioestatística - medidas de concentração e medidas de dispersão.

Bibliografia Básica:

ROUQUAYROL, M. Z.; FILHO, N. A. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

BARROS, F. C.; VICTORA, C.G. **Epidemiologia da Saúde Infantil**. São Paulo: Hucitec-Unicef, 1991.

MINAYO, M. C. S. Quantitativo e Qualitativo em Indicadores de Saúde: revendo conceitos. *In*: LIMA E COSTA, M. F.; SOUSA, R. P. de (org.). Qualidade de Vida: compromisso histórico da epidemiologia. Belo Horizonte, COOPMED/ABRASCO, Anais do II Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 1994. p. 25-33.

Bibliografia Complementar:

BARATA, R. B. Epidemiologia e Saber Científico. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 1998, v. 1, n. 1, p. 14-27.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Levantamento epidemiológico em saúde bucal: Brasil, zona urbana, 1986. Brasília: Ministério da Saúde Divisão Nacional de Saúde Bucal. 1988, 137.

WALDMAN, E. A. A Epidemiologia em Medicina *In*: LOPES, A. C.; AMATO, N. V. **Tratado de Clínica Médica**. 2. ed. v 1. São Paulo: Roca, 2007.

MEDRONHO, R. **Epidemiologia**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.

WALDMAN, E. A. **Vigilância em Saúde Pública**. v. 7. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998 (Série Saúde e Cidadania).

Disciplina: Ação Educativa na Prevenção e Controle das Doenças

Carga Horária: 40 h

EMENTA:

Educação e saúde. Prevenção e controle de agravos não transmissíveis (descontroles hormonais, hiper e hipotensão arterial e diabetes). Transmissibilidade das doenças. Transmissão, prevenção e controle das doenças transmissíveis. Relação entre educação e saúde. Função da educação na preservação da saúde segundo diferentes paradigmas. Contribuição do educador na formação de recursos humanos para a saúde. Metodologias educacionais aplicáveis a programas de saúde. Dinâmicas de ensino.

Bibliografia Básica:

COURA JR. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. v. I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FOCACCIA, R.; VERONESI, R. **Tratado de Infectologia**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

Bibliografia Complementar:

CARRAHER, T. N. **Aprender Pensando**: contribuição da psicologia cognitiva para a educação. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

BRASIL. Ministério da Saúde. Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório da Consulta Pública da Minuta de Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 11. ed. São Paulo: Elsevier, 2006.

MARTÍNEZ-HERNAÉZ, A. Dialógica, Etnografia e Educação em Saúde. **Revista**

Módulo IV

Saúde da Mulher e do Recém-Nascido	Carga Horária: 60 h
EMENTA: Alterações fisiológicas e psicossociais da mulher. Atenção à mulher no âmbito individual e coletivo, no contexto social, político, cultural e econômico. Programas municipais, estaduais e nacionais de saúde à mulher. Assistência à parturiente, puerperal e aleitamento. Redução de doenças e agravos ginecológicos e obstétricos. Humanização no processo de parto e nascimento. Desenvolvimento biológico: puberdade, climatério, sexualidade e senilidade. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Recém-nascido, Assistência, patologia, prematuridade, infecção neonatal, filho de mãe diabética e hiperbilirrubinemia.	
Bibliografia Básica: BEREK, J.S. <i>et al.</i> Novak : Tratado de ginecologia e obstetrícia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1998. BRASIL. Ministério da Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno . Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Secretaria de Atenção à Saúde. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: Brasília, janeiro de 2011. CARVALHO, M. R.; TAVARES, L. A. M. Amamentação : bases científicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010.	
Bibliografia Complementar: AMARE, R. A Vida do Bebê . 42. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2009. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual Técnico : assistência ao pré-natal de baixo risco. Brasília, 2000. GALVÃO, A. M. Bioética : a ética a serviço da vida - uma abordagem multidisciplinar. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2004. GONZAGA, F. L.; SOARES, L. C. Princípios Emergenciais em Obstetrícia . São Paulo: Fundo Editorial BYK, 1999. GRANER, V. R. G. <i>et al.</i> Programa de Atualização em Enfermagem (PROENF). Saúde Materna Neonatal . Enfermagem em Reprodução Humana. Por meio do SESCAD (Sistema de Educação em Saúde Continuada a Distância), ciclo 2, módulo 2, Artmed/Panamericana Editora, 2009. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Parto, Aborto e Puerpério : assistência	

humanizada à mulher. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Disciplina: Saúde da Criança e do Adolescente	Carga Horária: 60 h
EMENTA:	
Contextualização biopsicossocial da criança e do adolescente. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos demográficos e epidemiológicos. Assistência de enfermagem nas patologias congênitas, disfunção respiratória, digestória, hematológica, nefrológica, cardiológica, geniturinária, músculo esquelético, neuromuscular e endócrina. Crianças com câncer. Patologias cirúrgicas. Acidentes. Emergências. Vacinação. Menor em situação de risco pessoal e social. Sexualidade. Saúde reprodutiva e maternidade na adolescência. DST/AIDS na infância e na juventude.	
Bibliografia Básica:	
ALMEIDA, F.; SABATÉS, A. L. Enfermagem Pediátrica : a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo: Manole, 2007.	
COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R.G. Manual de Enfermagem em Pediatria . São Paulo: AB, 2002.	
NELSON, W. E.; BEHRMAN, R. E.; KLIEGMAN, R.; JENSON, H. B. Tratado de Pediatria . São Paulo: Elsevier, 2005.	
BORGES, A. L. V.; FUJIMORI, E. Enfermagem e a Saúde do Adolescente na Atenção Básica . São Paulo: Manole, 2008.	
Bibliografia Complementar:	
BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Enfermagem : Programa Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.	
CORDELINI, J. V. F. (org.). Protocolo de Atenção à Saúde do Adolescente . 2. ed. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2006.	
LEÃO, E. <i>et al.</i> Pediatria Ambulatorial . 3. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 1998.	
SCHMITZ, E. M. R. Enfermagem em Pediatria e Puericultura . São Paulo: Atheneu, 2000.	

Disciplina: Desenvolvimento de Projeto Educativo na Comunidade	Carga Horária: 60 h
EMENTA:	
Estrutura e construção de projeto de pesquisa. Planejamento geral da pesquisa: tipos de pesquisa; definição de objeto; contextualização; problematização do objeto e fundamentação teórica baseadas no processo saúde-doença, seus determinantes	

e condicionantes; estratégias institucionais; desenho de pesquisa; instrumentos; recursos e fontes principais de pesquisa; fases e infraestrutura da pesquisa. Produção de relatórios. Sugestões e normas para elaboração de projetos. Principais problemas de saúde da população. Formas de aprender e ensinar em educação popular baseado nas pesquisas de campo e na epidemiologia. Modelos de pesquisa em saúde. Validação da pesquisa em saúde. Estratégias metodológicas para a avaliação em saúde. Análise de implementação de programa de saúde e satisfação do usuário.

Bibliografia Básica:

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BARROS, N. F.; CECATTI, J. G.; TURATO, E. R. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Campinas: UNICAMP/FCM, 2005.

BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (org.). **Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva**. Brasília, 2006.

BRILHANTE, M. O.; CALDAS, L. Q. A. **Gestão e Avaliação de Risco em Saúde Ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

HARTZ, Z. M. (org.) **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Medsi, 2003.

TEIXEIRA, C. F. Epidemiologia e Planejamento em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 2, p. 287-303, 1999.

Disciplina: Doenças Emergentes e Reemergentes na Saúde Coletiva

Carga Horária: 60 h

EMENTA:

Doenças emergentes e reemergentes, problema real ou potencial de saúde pública (século XXI). Fatores biológicos, econômicos e sociais da emergência ou reemergência de patógenos. Discussão de alguns patógenos (aspectos diagnósticos, patogênicos, terapêuticos e profiláticos), resposta imune e desenvolvimento de vacinas.

Bibliografia Básica:

COURA JR. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. v. I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SCHATZMAYR, H. G. O Brasil Diante das Doenças Emergentes e Reemergentes: realidades e perspectivas. *In: O Livro da Profecia: Brasil no Terceiro Milênio*, Coleção Senado, v. 1, Brasília, 1997, p. 303-312.

UNA, Expedito J. A. A emergência das doenças emergentes e as doenças infecciosas emergentes e reemergentes no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 5, n. 3, 2002.

Bibliografia Complementar:

WALDMAN, E. A.; SILVA, L. J.; MONTEIRO, C. A. Trajetória das Doenças Infecciosas: da eliminação da poliomielite à reintrodução do cólera. *In: MONTEIRO, C. A. (org.). Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

LUNA, E. J. A. A emergência das Doenças Emergentes e as Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 5, n. 3, São Paulo, p. 229-243, dez. 2002.

BARATA, Rita de Cássia. O desafio das Doenças Emergentes e a Revalorização da Epidemiologia Descritiva. **Revista de Saúde Pública**, out. 1997.

FOCACCIA, R.; VERONESI, R. **Tratado de Infectologia**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

REY, Luís. **Bases da Parasitologia Médica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Disciplina: Saúde do Homem e do Idoso

Carga Horária: 60 h

EMENTA:

Gênero e sociedade. Sexualidade. Consulta de enfermagem. Assistência de enfermagem na saúde do homem quanto as suas patologias específicas, enfatizando as de saúde pública. Problemas pertinentes ao envelhecimento. A proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. Atendimento ao idoso desenvolvendo práticas voltadas ao envelhecimento e à assistência geriátrica. Visitas domiciliares e a casas de repouso. Atividades na vida diária. Lazer. Idoso e fase terminal. Introgênia. Unidades de saúde e cuidados continuados. Unidades geriátricas de pacientes com doenças agudas e/ou crônicas.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, W. Assistência à Saúde dos Homens: um desafio para os serviços de atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2005.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOBREIRO, B.; PASQUOLOTTI, F. F. **A Saúde do Homem**. São Paulo: Educ, 2008.

DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. D. E. **Atendimento Domiciliar** - um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2000.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ação Nacional 2009-2011 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

LEMOS, M. T. T. B.; ZAGAGLIA, R. A. **Arte de Envelhecer**: saúde, trabalho, afetividade, estatuto do idoso. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. A Produção do Conhecimento da Saúde Pública sobre a Relação Homem-Saúde: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, R. Sexualidade Masculina e Saúde do Homem: proposta para uma discussão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2003.

Disciplina: Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde de Pessoas com Necessidades Especiais

Carga Horária: 60 h

EMENTA:

Panorama geral do atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento. Paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorização das diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – legislação brasileira na atualidade. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologias assistivas.

Bibliografia Básica:

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

BRASIL. **Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde –SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas Educacionais Pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. *In*: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Descentralização, Municipalização e Financiamento da Educação no Brasil Pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERNANDES, E. Educação para Todos - Saúde para Todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. **Revista Benjamin Constant**, n. 14, ano 5, Rio de Janeiro, MEC, p. 3-10, 1999.

FERNANDES, E. Fundamental Ensino: currículo e inclusão. surdez e universo educacional. **Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos**, 2005.

GLAT, R. **A Integração Social do Portador de Deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, MEC/SEESP, v. I, n. 1, 2005.

REILY, Lucia Helena. **Escola Inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

6.2.4 Prática profissional

O curso técnico em ACS na modalidade de EAD requer prática profissional com carga horária de 300h, em caráter obrigatório, seguindo as diretrizes estabelecidas para cada curso. Além disso, o curso integra as disciplinas específicas com a prática de formação profissional pretendida, favorecendo o desenvolvimento das competências necessárias ao profissional, e mostra a amplitude do trabalho do técnico em ACS na sociedade atual.

O curso contemplará parte de sua carga horária para o desenvolvimento de práticas profissionais planejadas e articuladas às disciplinas, propiciando ao cursista a realização de atividades concretas de trabalho. Entende-se por prática profissional

as atividades voltadas para o aprimoramento da formação profissional do cursista, mediante a aplicação prática dos conhecimentos teóricos estudados no curso, tais como atividades práticas, visitas técnicas, pesquisas de campo, análise de situações-problema, elaboração e execução de projetos, dentre outras.

É também recomendável que tais práticas se deem de maneira interdisciplinar, possibilitando uma maior integração entre os elementos curriculares. Nessas práticas profissionais, também, poderão ser contempladas atividades de pesquisa e extensão voltadas para o atendimento e desenvolvimento da comunidade.

6.2.5 Estágio curricular

O Curso de ACS na modalidade de EAD não requer, em caráter obrigatório, a realização do estágio supervisionado dada a natureza da atividade profissional do egresso, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento e a aplicação da organização curricular do curso, estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais.

Embora não seja obrigatório, será incentivada a realização de estágios vivenciais na área. Os estágios representam atividades formativas e poderão ser certificados pelo curso.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Com bases nas diretrizes curriculares do ensino técnico profissional no país, serão aproveitados, desde que relacionados ao perfil profissional de conclusão da habilitação profissional, conhecimentos adquiridos:

- no ensino médio;
- em qualificações profissionais e etapas ou módulos concluídos em outros cursos de nível médio;
- no trabalho, ou por outros meios informais, mediante avaliação do cursista.

O aproveitamento de estudos pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, períodos, etapas ou componentes

curriculares nos quais o cursista obteve aprovação. No caso de estudos concluídos com êxito em qualquer curso ou exame, legalmente autorizados, no mesmo nível, ou em nível mais elevado de ensino, o aproveitamento de estudos pode ocorrer através de deliberação de uma comissão da própria instituição, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho.

Se os conhecimentos tiverem sido adquiridos através do cotidiano no trabalho, o cursista poderá ser beneficiado com a “certificação de competências”, podendo também esses conhecimentos, após certificação, serem aproveitados no curso.

Dessa forma, estão sendo atendidas as diretrizes nacionais para o ensino técnico, conforme legislação vigente e regulamentação interna da instituição, proporcionando ao educando a possibilidade de trabalhar na área, estando esse qualificado ou habilitado na área específica.

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

8.1 Avaliação da aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem dos cursistas será desenvolvido de forma a observar o disposto no PPP, no Regimento do IFNMG e na legislação vigente. Para a metodologia que se propõe, a avaliação torna-se instrumento fundamental. O mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja, o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento desta mesma ação.

O exercício avaliativo estará baseado nos atributos (conhecimentos, habilidades e valores) das competências definidas no perfil de conclusão de curso e se desenvolverá de forma sistemática, com ênfase nas modalidades “diagnóstica, somativa e formativa”.

A dimensão diagnóstica deve ser compartilhada por tutores, professor formador e cursista, permitindo a identificação de possibilidades e dificuldades na aprendizagem, no decorrer do processo. A dimensão formativa, por sua vez, possibilitará a tomada de medidas corretivas no momento adequado, de tal maneira que o cursista possa ser orientado pelo tutor presencial quanto às dúvidas de conteúdo, atividades práticas, metodologia e o próprio processo de aprendizagem

em si. A dimensão somativa identificará o grau em que os objetivos foram atingidos, expressando os resultados de aproveitamento no curso por meio de notas.

8.2 Promoção e reprovação

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem serão constituídos pelas atividades individuais e de grupos previstas nos cadernos de estudo, atividades e provas (presenciais) referentes aos conteúdos e atividades desenvolvidas.

Ao longo do curso serão distribuídos 100 (cem) pontos para avaliação das atividades de cada módulo e 60% dessas atividades serão presenciais, cumprindo a determinação legal. Para a aprovação final, o cursista deverá obter 70% dos pontos. A equipe multidisciplinar dos cursos será responsável pela correção das atividades individuais, de grupos e provas mensais e pela atribuição de notas, podendo ser auxiliada pelos tutores.

A insuficiência revelada na aprendizagem pode ser objeto de correção, pelos processos de recuperação (paralela e final). A recuperação paralela se fará presente nos casos em que o domínio de um conceito é fundamental para a continuidade do processo de aprendizagem, quando os professores formadores oferecerão estratégias pedagógicas para aqueles que não conseguiram o desempenho satisfatório (nota inferior a 70 pontos).

O processo consistirá na viabilização de atividades programadas pelos professores formadores (revisão de atividades, exercícios, sínteses etc.). Essas atividades não devem se caracterizar como instrumentos de coerção e/ou punição; pelo contrário, são peças fundamentais para o processo avaliativo pautado nos preceitos apresentados neste projeto.

8.2.1 Quadro de avaliações

Avaliação	Modalidade	Pontuação
avaliação semestral	presencial	30 pontos
avaliação <i>online</i> individual	a distância	20 pontos
apresentação de seminário	presencial	10 pontos
atividades aplicadas (visitas	presencial	10 pontos

técnicas, trabalhos de campo e/ou atividades práticas)		
participação nas atividades propostas pelo professor nos encontros presenciais	presencial	10 pontos
participação nos fóruns de discussão da disciplina	a distância	10 pontos
autoavaliação	a distância	10 pontos
total de pontos distribuídos		100 pontos

Qualquer situação omissa neste Plano de Curso deverá ser resolvida em conformidade com o Regimento por um conselho de classe, formado pelos coordenadores gerais, coordenadores de cursos, pedagogo e professores formadores.

8.3 Frequência

Em relação à frequência nos encontros presenciais, o cursista deverá apresentar frequência mínima de 75% na carga horária total destes encontros, por módulo, para ser aprovado.

9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Sempre que se julgar necessário, serão realizadas reuniões para discussão, análise e reavaliação das propostas presentes neste Plano de Curso, podendo o mesmo ser reformulado para melhor atender aos objetivos propostos.

10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS

A certificação de conclusão do curso técnico será expedida por um dos Câmpus do IFNMG, quando do término do curso, desde que o estudante tenha concluído o Ensino Médio, esteja aprovado em todas as disciplinas curriculares e

tenha a frequência mínima exigida.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 9 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico do Câmpus Montes Claros**. 2013.